

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.360 - SP (2019/0005583-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : G H A (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDO MORAES DE ALENCAR - SP366051
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por G.H.A. contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* na origem.

O aresto do Tribunal *a quo* está assim ementado (fl. 60):

Em favor do paciente, o impetrante ajuizou este pedido de habeas corpus, aduzindo constrangimento ilegal por parte do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Limeira.

Relata que o paciente está sendo acusado por suposto envolvimento no crime de extorsão mediante seqüestro. Alega que o paciente permaneceu preso por 30 dias por força do decreto de prisão temporária, e a autoridade coatora converteu a custódia em preventiva, em decisão carente de fundamentação válida, baseando-se na gravidade do delito, mencionando "a garantia da aplicação da lei penal e a manutenção da ordem pública", inexistindo, portanto, motivos aptos a justificar a manutenção da segregação. Aduz que o paciente é primário e sem antecedentes criminais, contando 23 anos de idade, possuindo residência e emprego fixos, devendo, portanto, ser beneficiado com a liberdade provisória. Assevera, ainda, que o paciente não teve participação no evento delituoso, sendo certo que na ocasião encontrava-se trabalhando. Requer, assim, a concessão liminar da ordem, para que seja revogada medida extrema, com a conseqüente expedição de alvará de soltura.[...]

Neste recurso, argumenta-se, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, requerendo, ao final, a revogação da prisão preventiva.

O recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 11/5/2018, sendo denunciado pela prática do delito tipificado no art. 159, § 1º, c.c. o art. 29, ambos do Código Penal.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento recursal.

Na origem, o processo n. 0006404-53.2018.8.26.0320, oriundo da 1ª Vara Criminal de Limeira/SP, encontra-se na fase instrutória, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva está assim fundamentada (fl. 12 - com destaque):

*[...].1 - Diante da promoção do ilustre representante do Ministério Público, no sentido da decretação da prisão preventiva dos acusados, bem como havendo indícios suficientes da autoria e prova da materialidade da infração a eles imputada, sendo encontrado com os acusados quase a totalidade do preço pago pelo resgate da vítima e, ainda, outros fatos expostos nos presentes autos, tratando-se de crime hediondo, praticado mediante violência, grave ameaça e restrição da liberdade da vítima por mais de 24 horas, com vistas à garantia da aplicação da lei penal e da manutenção da ordem pública, presentes os requisitos dos artigos 311 e 312 do C.P.P., DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de Natan Barbosa Rosa, Nicolas Luk Grandezzi, **Gilson Henrique Atanázio** e Jeferson Andrade de Sousa. Expeçam-se os competentes mandados de prisão.[...].*

Como se vê, o decreto prisional tem fundamentação idônea com esteio na gravidade do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, quando indica que se encontrou com *os acusados quase a totalidade do preço pago pelo resgate da vítima e, ainda, outros fatos expostos nos presentes autos, tratando-se de crime hediondo, praticado mediante violência, grave ameaça e restrição da liberdade da vítima por mais de 24 horas*, razão, portanto, apta a ensejar a constrição.

A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

